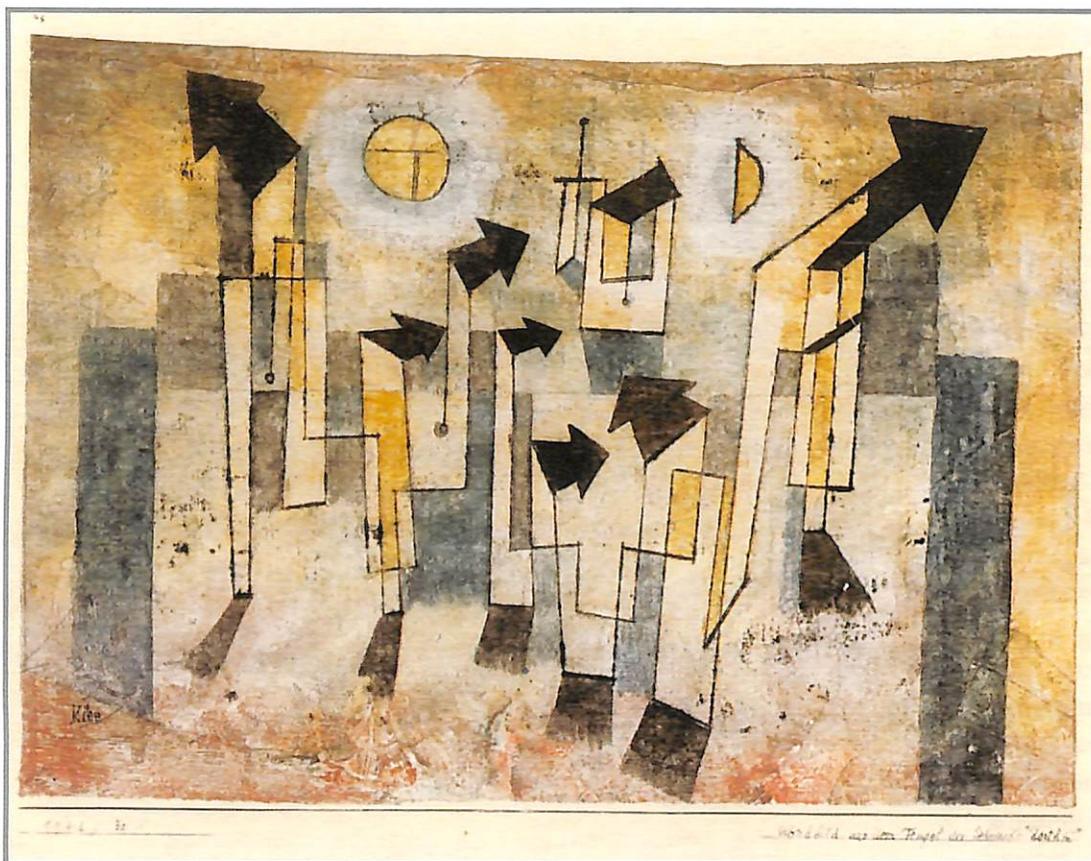


Emergências e desastres: campo aberto para psicólogos



*Mural para el Templo de Longing. 1922. Paul Klee
Acuarela, tinta de imprimir y tela enyesada, montado sobre cartulina, 26,7 X 37,5 cm.*

Apesar de ainda não regulamentada no País, Psicologia em emergências e desastres é um campo promissor para a atuação de psicólogos.

A PSICOLOGIA COMPLETA 50 ANOS

Uma história da formação de psicólogos em Minas Gerais. • PÁG. 14.

CRP-MG PESQUISA RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Análise de editais de concursos públicos é pioneira de três pesquisas. • PÁG. 11:

PRECONCEITO NO BRASIL

Cristiano Rodrigues, mestre em Psicologia Social pela UFMG, conversa com o JP sobre Psicologia e movimento negro no Brasil. • PÁG. 05.

PIERRE WEIL

A construção de uma cultura de paz. • PÁG. 16.



EDITORIAL

Os ventos que sopram por todos os lados indicam novos tempos? Rompimento com fórmulas até então tidas e ditas como acabadas? Vivemos, enfim, um profundo questionamento em relação às tradições políticas, às agendas hegemonicamente imputadas aos povos de todas as partes? Talvez. Certo mesmo é que a situação atual incomoda.

Eis a crise! E de qual crise estamos falando ou podemos falar? A que pretende restabelecer os "acordos" de mercado, ou a que reagiu a um modelo de condução social? A crise extrapola em muito o reducionismo de outrora. Em outros tempos e diante de outras crises, *Hannah Arendt* procurava entender a definição de um homem dos tempos modernos, dos tempos em que a política pretendia cumprir a promessa de assegurar a coexistência e a associação entre os diferentes. Em suas reflexões dialogou com *Karl Marx* para indicar que a humanidade essencial da modernidade não estava na racionalidade (*animal rationale*), nem tampouco em ter sido criado à semelhança de Deus (*creatura dei*), assim como também não estava na capacidade humana de produzir artefatos (*homo faber*). A humanidade essencial que "uma certa tradição" rejeitou e continuará rejeitando, unanimemente, como incompatível com a existência humana plena e livre é, para Marx, o *Animal Laborans*, a criatura Laboriosa.

E é essa criatura que novamente terá de romper com as "tradições" e indicar o ponto central da crise. A crise, portanto, não pode ser colocada como algo distanciado do humano. A resposta a ela não pode vir de um novo arranjo que assegure a permanência das tradições que excluem a existência humana plena e livre. A crise é da humanidade, e o Labor visto enquanto Criador da Humanidade nos remete à obrigação de dialogar com o *Animal Laborans*. Desta forma, em nossos debates e reflexões procuraremos entender condições determinantes que nos colocam fora de um espectro dos Direitos Básicos do Homem. Na leitura dos nossos textos persiste uma reafirmação da necessidade de se promover a igualdade política, o enfrentamento de uma tradição que insiste em negar à humanidade os seus direitos essenciais.

10 DE FEVEREIRO DIÁLOGOS NO CONSELHO

O Setorial Sudeste realizará mais uma edição do projeto Diálogos no Conselho. A mesa "Dependência química - prevenir é melhor que remediar" será ministrada pela Psicóloga Maria José Figueira Pereira no dia 10 de fevereiro, às 19h, no Escritório Setorial Sudeste (Avenida Barão do Rio Branco, 2001, salas 1507 e 1508, Centro, Juiz de Fora).

10 DE MARÇO

No dia 10 de março, às 19h, o Setorial Sudeste dará continuidade ao projeto Diálogos no Conselho promovendo o debate "O Feminino". A mesa será ministrada pela psicóloga Rita de Cássia F. Mota Rocha.

24 DE MARÇO

O debate "Psicoterapia de Família", promovido pelo Setorial Sudeste dentro do projeto Diálogos no Conselho, será realizado no dia 24 de março, às 19h. A mesa contará com a presença da Psicóloga Denise Magalhães de Faria.

24 DE MARÇO VIDEOCONFERÊNCIA: "A REDUÇÃO DE DANOS COMO ESTRATÉGIA CLÍNICA NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS."

Horário: de 13h às 17h

Local: Auditório da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (Avenida Afonso Pena, 2.300, Funcionários).

Mais informações: (31) 2138-6754
comissoes@crp04.org.br

15 A 17 DE ABRIL I CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICODINÂMICA E CLÍNICA DO TRABALHO

O I Congresso Brasileiro de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho ocorrerá em Brasília, no Brasília Alvorada Hotel, entre os dias 15 e 17 de abril. O evento contará com a presença do francês Christophe Dejours e reunirá os principais pesquisadores sobre o tema no mundo.

17 A 21 DE ABRIL FÓRUM MINEIRO DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

O "Fórum Mineiro da Abordagem Centrada na Pessoa" acontecerá em Nova Lima, no Hotel Floresta Mágica (Rodovia Beira Rio, Km 1), entre os dias 17 a 21 de abril. Outras informações: (31) 3691-1515 / (31) 8834-7567.

5 DE MAIO DIÁLOGOS NO CONSELHO

O projeto Diálogos no Conselho apresentará a mesa "Conversando sobre a teoria Reichiana". O evento acontecerá no dia cinco de maio, às 19h, no Escritório Setorial Sudeste (Av. Barão do Rio Branco, 2001/1501, Juiz de Fora). Informações: (32) 3215 - 9014.

19 DE MAIO

No dia 19 de maio, o Setorial Sudeste realizará uma exibição comentada do filme "Em nome da razão". A mostra acontecerá às 19h, na sede do Escritório Setorial Sudeste, em Juiz de Fora.

AGENDA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138.6767
E-mail: crp04@crp04.org.br
www.crp04.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Região Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul de Minas • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte de Minas • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

Leste de Minas • Governador
Valadares
Telefone: (33) 3225.0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de
Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro-presidente
Rodrigo Tórres Oliveira
Conselheiro vice-presidente
Alexandre Rocha Araújo
Conselheiro-tesoureiro
Georgina Maria Veras Motta
Conselheira-secretária
Conselho Editorial:
Rogério Oliveira
Rodrigo Tórres

Gustavo Machala
Clerison Stelvio Garcia

Edição Gráfica:

Giria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Gustavo Machala • MG 11780
ascom1@crp04.org.br

Redação:

Gustavo Machala • MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br

Relações Públicas:

Nathalia Monteiro • CRPRP 3º
Região - 2154

Estagiárias:

Fabiana Duffles
Amanda Cerqueira (Relações
Públicas)
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 22 mil exemplares

SEU CONSELHO

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEI 5.766/71 SÃO DISCUTIDAS EM MINAS

A Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) – instância deliberativa do Sistema Conselhos já reconhecida na prática – seria incluída no texto da Lei.

Através de oito reuniões preparatórias em diversas partes do Estado e uma reunião no Escritório Central, psicólogos de Minas puderam debater as alterações à Lei 5.766/71 propostas pelo Conselho Federal de Psicologia com o objetivo de incorporar à legislação da Psicologia os avanços democráticos do Sistema Conselhos desde sua criação.

As reuniões foram estruturadas a partir da discussão da cartilha “Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia – Mudanças na Lei 5.766/71”, elaborada pelo CFP para subsidiar os trabalhos. De acordo com o relatório preparado pelo CRP-MG sobre as discussões, para a maioria dos presentes nas reuniões essa foi a primeira oportunidade de debater mais detalhadamente a estrutura e a regulamentação do Sistema Conselhos.

De acordo com a cartilha do CFP, “Apesar de todos os esforços para se regularizar e manter o funcionamento dos Conselhos dentro da lei, a Lei 5.766 configurou-se, aos poucos, como ultrapassada. Alguns aspectos para o funcionamento democrático dos Conselhos ainda se tornaram viáveis, como as eleições diretas (as eleições para o CFP têm caráter de consulta nacional), a instalação da APAF, a direção do CFP ser composta por chapas, e não mais por indicação dos CRPs; também a eleição com plataforma de gestão, a realização dos Congressos Nacionais da Psicologia como espaços de aprovação das diretrizes de atuação do Sistema, enfim muita coisa avançou na prática, garantindo a sua legalidade. Mas tornou-se imperativo mudar a lei.”

As mudanças propostas pelo CFP envolvem a alteração parcial de sete artigos da Lei 5.766/71, considerados cruciais para a institucionalização da democratização do Sistema Conselhos. Como forma de facilitar a tramitação no Congresso, optou-se por essa alteração parcial, deixando outros detalhes e mecanismos para uma resolução do CFP que disporia, então, sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia de acordo com a prática vigente e embasada nas alterações e propostas enviadas por todos os CRPs.



Crédito: Gustavo Machala

Grupo de trabalho discute, no auditório Ruy Flores, alterações na Lei 5.766.

MOVIMENTAÇÃO DO CRP-MG PODE ALTERAR REGULAMENTO SOBRE TRANSPLANTES

Após abertura de consulta pública para alteração do Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes em 26 de setembro de 2008, CRP-MG pede inclusão da Psicologia nos serviços elencados no Regulamento. Sugestionado pela psicóloga do Hospital Felício Rocho Alzira Lima, o CRP-MG entrou em contato com diversas entidades relacionadas à área dos transplantes para que houvesse apoio à iniciativa. A representação na consulta pública foi efetuada pelo Conselho Federal de Psicologia após receber ofício do CRP-MG recomendando diversas alterações no texto do Regulamento. Dentre as sugestões propostas, encontra-se a inclusão do profissional psicólogo para acompanhamento do doador e do receptor, assim como das respectivas famílias, tanto na fase de pré-transplante quanto na de pós-transplante.

Para o psicólogo e conselheiro do CRP-MG Clerison Garcia, que atua em transplante de medula, pâncreas-rins e fígado no Hospital das Clínicas, a inclusão seria um grande avanço, uma vez que garantiria a participação do psicólogo em duas frentes importantes: a captação e a assistência a pacientes. Na captação, o papel do psicólogo é acolher as famílias e mostrar a importância da doação de órgãos. Na assistência pré ou pós transplantes, o psicólogo pode trabalhar com a avaliação e o atendimento psicológico, ajudando os pacientes, doadores e familiares a lidar com a carga emocional advinda da situação.

COF

AValiação Psicológica para Porte de Arma de Fogo: Segundo a Resolução CFP Nº 18/2008

Em dezembro de 2008, foi editada a Resolução CFP Nº 18/2008, que dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.

O CRP-04 tem recebido vários pedidos de orientações sobre o tema, assim, este texto visa elencar pontos importantes que compõe esta Resolução.

Esclarecemos que a responsabilidade do credenciamento para a avaliação psicológica de porte de arma de fogo é da Polícia Federal. Essa iniciativa garante que somente profissionais credenciados poderão realizar a referida avaliação.

Um ponto importante da referida Resolução estabelece: “Art. 5º - Aos psicólogos responsáveis pela avaliação psicológica fica vedado estabelecer qualquer vínculo com os Centros de Formação de Vigilantes, Empresas de Segurança Privada, Escolas de Formação ou outras empresas e instituições que possa gerar conflitos de interesse em relação aos serviços prestados”.

Portanto, é necessário que o psicólogo esteja atento ao Código de Ética, que o orienta em seus aspectos éticos e técnicos de sua prática. Neste caso, destacamos o cuidado que o psicólogo deve ter ao analisar se seus vínculos pessoais ou profissionais atuais ou anteriores poderão interferir ou não na fidelidade dos resultados da avaliação.

Desse modo, tanto o processo de credenciamento junto a Polícia Federal quanto a Resolução do Conselho Federal de Psicologia vêm normatizar e qualificar os procedimentos da avaliação psicológica fornecendo diretrizes para a atuação do psicólogo. Para obter mais informações acerca desse processo, orientamos que entre em contato com a Polícia Federal, nos telefones: (31) 3330-5295, 3330-5200 / (61) 3311-8333, 3311-8163 ou com o Setor de Orientação e Fiscalização do CRP04.

Para ter acesso a Resolução, acesse o site www.crpmg.org.br.

EDITAL DE CONVÊNIOS

CRP-MG publica edital que dispõe sobre os critérios para seleção de propostas de parcerias com as entidades que promovam o desenvolvimento e a valorização da Psicologia junto à sociedade.

Confira no site! www.crpmg.org.br.



OPINIÃO

A Política, a Psicologia, o Trabalho e a Sociedade

Autor: Conselheiro Presidente Rogério de Oliveira Silva

Recentemente, o XII Plenário do CRP-MG elegeu quatro eixos norteadores de suas ações: a Política, a Psicologia - a partir dos seus diversos campos e áreas, o Trabalho - como fundamento para a efetivação das ações, e a Sociedade Inclusiva - enquanto objetivo a ser alcançado.

Se olharmos para esses eixos isoladamente encontraremos conceitos, fundamentos históricos, construções humanas, dentre outras coisas. Mas se os analisarmos objetivamente diante de uma profissão que contribui para a conquista do bem estar social, para dar condições às pessoas de amarem e produzirem um projeto próprio de vida, esses eixos falarão, então, da base de algo focado na emancipação social.

Portanto, qualquer ação política, conduzida ou apoiada por esta Instituição, que não leve em consideração as relações sociais da sua base de representação, especialmente as de trabalho, estará distanciando-se de sua cir-

cunscção existencial, uma vez que a razão de sua existência é a autorização pública a partir do exercício profissional ao qual está vinculada.

Neste sentido, a política enquanto promessa da coexistência e associação das diferenças não encontra nos atores ocupados da representação institucional os sujeitos que a levarão ao seu extremo concreto, à efetivação do seu significado, à Liberdade. Neste caso, se pensarmos um projeto para a profissão da Psicologia, aqueles que efetivamente dão corpo ao projeto não são os seus representantes, mas sim a categoria à qual estes estão vinculados. Por isso, nós do XII plenário do CRP-MG estamos tão preocupados em discutir as condições existentes para que este corpo profissional implemente os projetos politicamente elencados enquanto desafios para a nossa profissão - especialmente os voltados para a efetivação de uma sociedade inclusiva e para a emancipação dos seus cidadãos.

CARTAS À REDAÇÃO

Gostaria de fazer-lhes uma sugestão: como o CRP-MG disponibiliza na internet o acesso ao Jornal do Psicólogo (todas as edições), sugiro que parem de enviar o mesmo jornal via correio, uma vez que fica dispendioso o custo de papel, impressão gráfica e outros. E o mais importante: dado que é "ecologicamente" mais correto não gastar papel, solicito que retirem o meu nome da distribuição do Jornal do Psicólogo via correios. Tenho o acesso à internet e sempre quando o Jornal chega em minha residência já o li na internet. Aguardo manifestação! Desde já, muito obrigada!

Luciana Silva Aquino de Oliveira / Psicóloga

Não poderia deixar de registrar minha indignação antes de, mais uma vez, pagar o Conselho; valor este que corresponde a mais de 50% de meu salário mensal. Essa indignação se deve ao fato de que o Conselho NUNCA FEZ NADA pelo fato de um psicólogo educacional ganhar R\$ 560, 00 pelo Estado e ainda ter que atender aluno clinicamente simplesmente pelo fato de não ter um código de ética que regulamente a profissão do psicólogo educacional/escolar e que proíba claramente esse tipo de prática.

Eunice M. S. E. / Psicóloga

ÉTICA

A Comissão de Ética tem como preocupação maior discutir os princípios éticos, zelando para que o exercício profissional seja executado com qualidade na relação com a sociedade.

Informaremos assim, COMO ENCAMINHAR UMA REPRESENTAÇÃO ÉTICA.

De acordo com o Código de Processamento Disciplinar, resolução CFP Nº 006/2007, que norteia as ações da Comissão de Ética, cita os seguintes procedimentos:

Deverá ser encaminhado ao Presidente do CRP-MG documento escrito e assinado pelo representante, contendo:

- nome e qualificação do representante;
- nome e qualificação do representado;
- descrição circunstanciada do fato;
- toda prova documental que possa servir à apuração do fato e de sua autoria;
- indicação dos meios de prova de que pretende o representante se valer para provar o alegado.

Com base nos elementos da representação, a Comissão de Ética poderá:

- propor a exclusão liminar da representação;
- notificar o representado para prestar esclarecimentos por escrito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ciência da representação que consta no AR, ou na cópia do documento, caso seja entregue em mãos;
- na hipótese dos esclarecimentos por escrito serem insuficientes à formação de convicção, poder-se-á convocar uma ou as duas partes para comparecer ao Conselho Regional e prestar outras informações que entender indispensáveis.

A partir dos dados obtidos nas alíneas "b" e "c", a Comissão de Ética proporá o arquivamento da representação ou a instauração de processo disciplinar-ético.

Esperamos contribuir na disseminação dessas informações, no conhecimento do papel social da profissão, que deve estar comprometido com a ciência, com a prática e a ética da Psicologia.

Preconceito no Brasil: “A Psicologia pode ser uma ferramenta na mudança”

Cristiano Rodrigues, mestre em Psicologia Social pela UFMG, conversa com o JP sobre Psicologia e movimento negro no Brasil.

“A minha experiência educacional está perpassada por minha experiência de ser negro; a minha experiência de ser brasileiro está perpassada por minha experiência de ser negro; e todas essas experiências me conformam como o indivíduo que sou. Esse lugar de ser negro me marca.” Com essas palavras, Cristiano Rodrigues, psicólogo e doutorando em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) com uma pesquisa que compara o movimento negro no Brasil e na Colômbia, ressalta a importância de a Psicologia abordar as especificidades de ser negro no Brasil.

Em entrevista ao *Jornal do Psicólogo*, Cristiano falou da relação entre Psicologia e preconceito, das bases eurocêntricas da Psicologia e do “enclausuramento” dos negros em certas áreas, como a música, o esporte e a dança. Confira trechos da entrevista:

Em que medida a Psicologia pode contribuir - ou contribuiu - para desconstruir o preconceito? Ela contribuiu - ou pode contribuir - para a manutenção do preconceito?

Eu acho que contribuiu para superar o preconceito. Ao longo da história da Psicologia no Brasil, existem momentos diferentes. Pré-1962, quando a profissão é regulamentada, os autores que vão influenciar a Psicologia, ao tratarem da questão racial, sempre a colocam do ponto de vista da manutenção do status quo, do ideário brasileiro de democracia racial. Então, vemos os negros a partir de um lugar de inferioridade; percebemos certa animalização da experiência racial negra em contraste com uma experiência de civilização e de civilidade, de inteligência branca. Isso está em Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Artur Ramos, por exemplo. A partir da década de 1960 – quando há a institucionalização da Psicologia enquanto profissão – há algumas mudanças, mas muito pequenas. Nos últimos dez anos eu sinto uma mudança, até porque eu sinto uma mudança na atuação dos Conselhos de Psicologia em relação a vários temas fundamentais para a sociedade brasileira: os temas ligados à homossexualidade, à pobreza, à responsabilização social. Como esses temas estão todos muito colados a outras formas de desigualdade, eu percebo que há mais estudos sobre a questão racial. Mas eu acho que essa evolução, até agora, tem tido medo de colocar as ques-

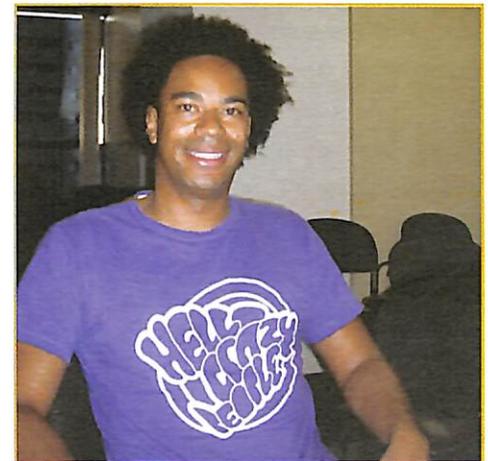
tões de frente, realmente pautar determinadas coisas e dizer: Estamos falando da questão racial, vamos dizer que isso é importante e esse tema vai ser debatido como um tema nacional de importância para os psicólogos. Isso ainda não está muito claro para a área. E nesse ponto eu acho que a Psicologia pode ser uma ferramenta na mudança.

Podemos dizer que a Psicologia é uma ciência e uma profissão branca?

Boa parte do arcabouço teórico da Psicologia, em diferentes abordagens e campos, vem de uma tradição europeia e norte-americana, como são exemplos os teóricos da psicanálise - de tradição europeia - e os teóricos da tradição comportamental-cognitiva - de predominância norte-americana. Então, eu diria que do ponto de vista das bases da Psicologia, ela é uma ciência que vem, obviamente, de um paradigma eurocêntrico. Mas isso não a qualifica como uma profissão ou uma ciência branca por princípio, ainda que o olhar primeiro da Psicologia seja muito universalista, ou seja, parte do princípio de que o que está em questão são os desejos, os sentimentos, o comportamento. E existe a expectativa de que essas características sejam universais, independentemente do seu background racial, o que é uma meia verdade.

Por que seria uma meia verdade?

Obviamente, se você partir do princípio de que nós estamos em uma sociedade, nenhuma dessas características ditas universais se dará num vazio, num limbo. A neutralidade muitas vezes funciona como porta de entrada para você definir qual é o padrão correto - normalmente um padrão branco eurocêntrico - e qual é o padrão incorreto. Nesse sentido, a Psicologia tem um quê de negação de especificidades. Mas, por sermos humanos, é praticamente impossível se falar em universalidade. Entretanto, negar a universalidade da Psicologia, como de qualquer ciência humana, não é negar sua validação como ciência. Isso são coisas distintas. Qual é a capacidade de você promover saúde, promover bem estar a partir dos lugares em que as pessoas estão? Ser negro numa sociedade racista significa uma coisa; ser branco na sociedade significa uma outra coisa também. Não é o mesmo lugar. E aí existe a possibilidade de se comparar isso com exemplos de negros nos



Crédito: Gustavo Machala

Cristiano Rodrigues: “Negar a universalidade da Psicologia, como de qualquer ciência humana, não é negar sua validação como ciência.”

Estados Unidos, de negros na Europa, aqui na América Latina e na África, porque ainda que a Psicologia não seja uma ciência universal, ela pode ser cosmopolita. E eu acho que essa é uma palavra mais adequada. Estamos aqui, mas estamos aqui em contato sempre com uma ciência que é produzida em várias partes do mundo.

De que forma os nossos valores políticos, sociais, culturais e científicos refletem a presença dos negros? Isso é muito claro na arte e na música, mas não é tão claro em outros espaços, como o político e o científico...

Eu acho que nós temos uma espécie de enclausuramento de uma identidade negra em determinados espaços. A participação negra no Brasil não pode ser negada de forma alguma. Ela está em quase tudo, ela é fundante para o país. Mas, o lado negativo é que nós colocamos os negros como sendo capazes apenas de exercer atividades culturais, musicais e esportivas. Nós admiramos muito o negro que joga futebol ou o negro do campo musical - mas não em todos os campos musicais, e isso é de se pensar. Mas existem poucos negros em posição de destaque em outros âmbitos da vida. Nos EUA, eu consigo me lembrar de dez negros em posição de destaque; agora, no Brasil, você não encontra. O negro, se vai para a Academia, vai falar sobre o fato de ser negro; e se não vai para a academia, tem que ir para as áreas de enclausuramento. Do ponto de vista simbólico, é muito ruim que os negros só estejam nesses lugares. Essa reificação eterna do lugar de negros é um problema. A grande coisa que as políticas de ação afirmativa nas universidades vão trazer é que enfim nós vamos ter pessoas negras habilitadas para várias coisas - porque isso era a desculpa para não ocuparmos certos lugares.

COMUNICADO: Inscrições de pessoas físicas junto ao CRP-MG

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG) – 4ª Região, vem informar o que se segue.

A normatização pertinente à inscrição de pessoa física junto ao Conselho Regional de Psicologia está delineada na Resolução nº 003/2007, editada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), cabendo transcrever seu art. 8º:

“Art. 8º - O requerimento de inscrição de pessoa física será instruído com os seguintes documentos:

I - diploma de psicólogo, devidamente registrado, ou certidão de colação de grau de curso autorizado pelo órgão ministerial competente;

II - cédula de identidade;

III - comprovantes de votação da última eleição ou justificativas;

IV - CPF.

V - formulário para informação do endereço residencial e de trabalho.

§ 1º - Os documentos deverão ser apresentados em original, com cópia autenticada pelo Conselho Regional de Psicologia, o qual devolverá o original e reterá a cópia autenticada.

§ 2º - A certidão de colação de grau, nos termos do inciso I, deverá ser substituída pelo diploma de FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO no prazo de 2 anos, contados da data de inscrição do profissio-

nal, findo o qual o Conselho Regional de Psicologia deverá, no primeiro dia útil do mês subsequente ao do vencimento, enviar ofício ao psicólogo concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para regularização de sua situação.

§ 3º - No prazo de que trata o parágrafo anterior, o Conselho Regional de Psicologia poderá prorrogar o prazo de apresentação do diploma por 6 (seis) meses no caso de o profissional comprovar que se encontra em débito com a entidade formadora; e de já ter solicitado o diploma de PSICÓLOGO no tempo hábil, encontrando-se em trâmite no órgão educacional.

§ 4º - Se no prazo de 6 (seis) meses não houver a apresentação do diploma, o Conselho Regional de Psicologia deverá encaminhar novo ofício concedendo prazo de 30 (trinta) dias, no qual o psicólogo deverá encaminhar nova solicitação de prorrogação, o qual tão-somente será deferida, por mais 6 meses, se acompanhada do protocolo de solicitação jun-

to à entidade formadora.

§ 5º - Expirado os períodos de que tratam os parágrafos anteriores, e não havendo a apresentação do diploma pelo psicólogo, o Conselho Regional de Psicologia promoverá o cancelamento da inscrição provisória.

§ 6º - As inscrições realizadas com certificado de colação de grau terão caráter provisório, sendo assim identificadas em todos os documentos.

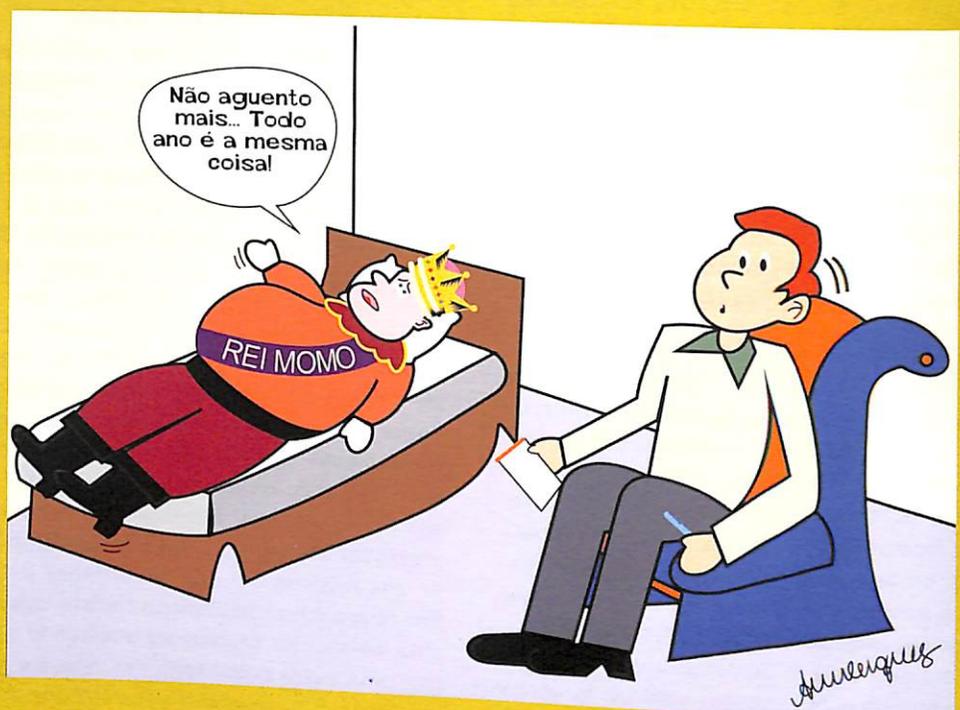
§ 7º - A carteira de identidade relativa à inscrição provisória será padronizada pelo CFP e terá a palavra “PROVISÓRIA” em destaque, devendo ser registrada a data de validade.”

Assim, verifica-se a existência do registro definitivo e a do provisório, sendo que será concedido o primeiro quando o graduado disponibilizar o diploma, e, deferido o segundo caso o graduado apresente a certidão de colação de grau. Entretanto, a norma é clara ao ditar que o respectivo curso deve ser autorizado pelo órgão ministerial competente.

CFP CANCELA ALGUMAS PROVAS DO IV CONCURSO PARA CONCESSÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA

As provas de Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Psicologia Clínica do IV Concurso de Provas e Títulos para a Concessão do Título de Especialista foram canceladas pelo Conselho Federal de Psicologia. A nova data de realização das provas é 29 de março de 2009.

ENTRETENIMENTO



Direitos humanos e Constituição Federal são tema de debate no CRP-MG

Em comemoração aos aniversários de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e de 20 anos da Constituição Federal de 1988, CRP-MG realiza discussões.

“Os direitos humanos não nasceram democráticos e não nasceram para todos”, informou o professor José Luiz Quadros de Magalhães, doutor e mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Língua e Literatura Francesa pela Universidade Nancy II, durante a conferência “Democracia, Cidadania e Direitos Humanos: que país é este?” realizada no Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) no dia nove de dezembro de 2008. José Luiz frisou, também, que os direitos são sempre estabelecidos por aqueles que tem poder e que é necessário investigar sempre a quem interessa os direitos estabelecidos e quem são seus destinatários.

A conferência, que foi parte do projeto Diálogos no Conselho de tema “Violência e Direitos Humanos – violações cotidianas, invisíveis e institucionalizadas”, teve como objetivo comemorar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição Federal de 1988.

O professor José Luiz Quadros de Magalhães recontou a história dos direitos humanos, relacionando-a com a história das constituições e da democracia. “Há uma tensão entre direitos fundamentais e democracia, por isso devemos nos perguntar direitos fundamentais de quem? Para quem? Quem diz o que são direitos humanos?” questiona-se o professor ao defender a tese de que os direitos são sempre estabelecidos por aqueles que estão no poder.

O professor abordou também a indivisibilidade dos direitos humanos, segundo a qual estes envolvem grupos de direitos interdependentes. “Em outras palavras: não há liberdade sem dignidade e não há liberdade passando fome. Esses direitos são todos interdependentes e isso é ponto pacífico no Direito Internacional hoje”, explica o professor.

Durante o evento, também foi realizada a mesa “A quem serve a exclusão? Urgências para a superação dos modelos de segregação”, composta pelo professor Virgílio de Mattos, doutor em direito pela Università degli studi di Lecce, pela doutora Juliana Peruchi, psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, e por Pedro Otoni, graduado em Direito pela UFMG e organizador de acom-

panhamentos e pesquisa de trabalho popular junto a movimentos urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

TORTURA EM PRESÍDIOS DA REGIÃO METROPOLITANA

Para o professor Virgílio de Mattos, coordenador do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade”, um dos problemas mais prementes que deve ser enfrentado com relação aos direitos humanos é a questão do sistema prisional. “Recebemos [no Grupo] reiteradas notícias de tortura em todas as unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Não falta uma sequer. Nossos encaminhamentos são os mais variados, mas não resultam em efetividade.” afirmou Virgílio angustiadamente. O professor lembrou que no ano de 2008 foram quase 50 mortes em presídios por queimaduras ou sufocamento. “Que tipo de encaminhamento falta mais? Que tipo de barbaridade falta ainda?” indaga-se o professor.

O professor ressaltou que é preciso dizer não ao modelo penal neoliberal. “Nós precisamos enterrar o Estado Penal do modelo neoliberal, que ainda não foi morto, embora caminhe com bastante dificuldade”, afirmou.

DIREITOS HUMANOS COM DIVERSIDADE

A psicóloga Juliana Peruchi discutiu as relações entre direitos humanos e diversidade, apontando que é necessário que os profissionais psicólogos atuem com resistência para que esses direitos não sejam violados. “Para tanto, penso que a Psicologia deverá abandonar seu lugar de baluarte da verdade, de árbitro do consenso, para assumir um lugar menos pretensioso, todavia mais eficaz na superação dos modelos de segregação vigentes”.

1/3 DOS BELO-HORIZONTINOS NÃO SAI DE SEUS BAIRROS

Reforçando a idéia de que os movimentos sociais necessitam atuar pragmática e estrategicamente, Pedro Otoni afirmou que os movimentos precisarão fortalecer sua



Crédito: Gustavo Machala

Pedro Otoni critica a grande compartimentação social da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

coesão e estrutura se quiserem enfrentar com um pouco mais de igualdade o diálogo de classes.

Pedro questionou a compartimentação social da Região Metropolitana de Belo Horizonte: “Um terço da população de Belo Horizonte não sai dos bairros, porque, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro, não tem dinheiro para a passagem. Essa é uma forma de segregação do espaço urbano”.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou este ano 60 anos. Aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dez de dezembro de 1948, o documento representa a base de grande parte do direito internacional, além de direcionar as ações de diversas organizações internacionais.

Com o objetivo de garantir a segurança e estabelecer formalmente os direitos de todos os cidadãos, a Carta foi assinada por 192 países e, atualmente, é o texto mais traduzido em todo o mundo. Composto por 30 artigos, o documento define os direitos que todos os cidadãos possuem, baseando-se nos conceitos de liberdades, justiça e paz.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal completou duas décadas este ano. Desde sua promulgação, em 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional já coleciona mais de 40 emendas, enquanto a constituição americana sofreu menos de 30 alterações em dois séculos de vigência.

A primeira alteração em seu texto foi apresentada no dia seguinte à sua promulgação, com uma sugestão de se aplicar pena de morte no Brasil. A emenda foi recusada pelo Congresso. A Constituição Federal de 1988 têm sido a mais duradoura entre as sete já adotadas pelo país.

Emergências e desastres: campo aberto para psicólogos

Apesar de ainda não regulamentada no País, Psicologia em emergências e desastres é um campo promissor para a atuação de psicólogos.

Dia 25 de Setembro, Belo Horizonte, Aeroporto da Pampulha. Uma forte explosão e, rapidamente, o avião desaparece por trás da cortina de fumaça. A pista de voo se transforma em um ambiente onde se misturam sangue, destroços da aeronave e pessoas gravemente feridas. Ao fundo é possível ouvir as palavras confusas das vítimas que pedem socorro, procuram parentes e clamam por Deus. Em poucos minutos, o grito de dor dos feridos é abafado pelos sons de sirenes e helicópteros que anunciam a chegada das equipes de emergência.

É nesse setting caótico e complexo que pode atuar o psicólogo especializado em emergências e desastres: “Nosso trabalho é uma conversa com as vítimas. Deixamos que desabafem, chorem e contem o que sentiram. Dessa forma prevenimos traumas maiores e facilitamos a continuidade do atendimento ao paciente”, explica a psicóloga Eliana Torga, coordenadora do GT de Psicologia em Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, que tem se reunido com o propósito de organizar e capacitar os psicólogos do campo das emergências e desastres.

Felizmente, o acidente referido, do qual participaram cerca de 150 voluntários, foi parte de uma simulação organizada pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em parceria com a Polícia Militar de Belo Horizonte, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, o Samu, a Defesa Civil, a Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (SOMITI) e o Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG).

Segundo a psicóloga Lillian Viana, que participou da simulação, a operação realizada no aeroporto da Pampulha foi a primeira a integrar o psicólogo à situação de resgate e demonstrou a importância dessa parceria, uma vez que os psicólogos puderam auxiliar tanto os socorristas quanto as vítimas.

O espectro de pessoas que podem ser auxiliadas por psicólogos, entretanto, é muito maior do que vítimas e socorristas.

Para a psicóloga da Puc-SP, Maria Helena

Franco, em seu artigo “Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática”, recomenda-se que o atendimento em resposta a desastres se destine a sobreviventes machucados ou não machucados; parentes e amigos enlutados e traumatizados; equipe de assistência emergencial; membros da equipe de resgate e outros serviços de apoio; membros da mídia que cobriram o fato e vítimas secundárias.

TRÊS MOMENTOS DE ATUAÇÃO

A atuação dos psicólogos em emergências e desastres pode-se dar em três momentos diferentes: pré-impacto, impacto e pós-impacto.

No pré-impacto, o psicólogo pode colaborar na gestão estratégica das emergências e desastres, efetuando análises de risco, colaborando na sensibilização das pessoas que vivem nessas áreas e preparando e capacitando os profissionais que atuam diretamente nos acidentes, emergências e desastres.

No impacto, o psicólogo pode fazer um atendimento focado na atuação humanizada, ajudando as equipes de resgate, conversando com vítimas e socorristas e suprimindo necessidades cognitivas, emocionais e de ordem prática, o que geralmente não pode ser feito pela equipe médica e paramédica, que está preocupada com a sobrevivência das vítimas. Com

essa atuação, o psicólogo pode ajudar significativamente na diminuição do stress agudo pós-desastre e prevenir quadros de stress pós-trauma.

No pós-impacto, encontram-se os serviços prestados nos hospitais e nos postos de saúde. Nesse momento, o psicólogo vai procurar evitar o agravamento dos sintomas apresentados na situação do impacto, além de colaborar na restauração do funcionamento das instituições sociais da comunidade e na restauração da dominância do funcionamento cognitivo sobre as reações emocionais.

SE FOR AJUDAR, NÃO ATRAPALHE

Alguns requisitos para a atuação em emergências e desastres são fundamentais: O primeiro é não atrapalhar, explica a capitã Andréia Batista, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. “Não basta ter boa intenção e não basta saber Psicologia. Há que se inteirar sobre esse universo. O psicólogo não pode atrapalhar o serviço dos outros profissionais”.

A possibilidade de ser acionado 24 horas, 365 dias por ano, é outro requisito básico. Disponibilidade para viajar e, muitas vezes, saber outro idioma são, também, requisitos fundamentais.

Quanto às especificações relativas a conhecimentos teóricos, há uma gama varia-



A atuação do psicólogo em emergências e desastres pode se dar em três momentos: pré-impacto, impacto e pós-impacto.

da de teorias e técnicas que podem ser utilizadas. Existem técnicas dentro da abordagem da terapia cognitiva, da terapia sistêmica, da ericksoniana, da psicanalítica, entre outras. Todas elas podem contribuir de formas variadas para a atuação junto à cena. “São as necessidades do momento que definem qual a melhor técnica a ser utilizada”, explica Eliana Torga, completando que o profissional psicólogo não pode ter apenas experiência clínica. “Ele tem que ter noções de gestão do desastre, precisa ter conhecimento da atuação das outras equipes, precisa ter um senso de colocação, precisa saber a quem tem que se reportar na cena do desastre e quais são os seus limites dentro daquela atuação.”

Em suma, espera-se que o profissional psicólogo que atua em emergências e desastres seja multifacetado, saiba trabalhar em equipe, tenha conhecimentos sólidos sobre desastres e acidentes e de toda a rede de atuação nesses cenários e esteja disposto a atuar sempre que necessário.

DEFESA CIVIL DEVE AUMENTAR QUADRO DE PSICÓLOGOS

“Minha proposta é estruturar uma

Atuação interdisciplinar é fundamental

Em entrevista por correio eletrônico com o *Jornal do Psicólogo*, a psicóloga argentina Susana Chames, vice-presidente da Sociedade Argentina de Psicologia em Emergências e Desastres e coordenadora do Programa de Saúde Mental, Desastres e Desenvolvimento do Ministério da Saúde do Governo da Cidade de Buenos Aires, detalha o dia-a-dia da atuação profissional e a importância do trabalho do psicólogo junto à comunidade.

JP: Qual a importância do trabalho do psicólogo para as comunidades envolvidas em emergências e desastres?

Susana Chames: As emergências e desastres produzem um alto impacto em nível individual, social e nas equipes interventoras. Estes eventos interrompem o curso habitual da vida das pessoas e implicam, em muitos casos, na perda de entes queridos e de bens materiais. Estes últimos, afora o valor econômico, impactam fundamentalmente desde o simbólico, uma

seção de Psicologia na Defesa Civil de Belo Horizonte, pois já não é mais possível atuarmos sem esse serviço.” Essa foi a afirmação do Coronel Válder Lucas, presidente da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Horizonte (COMDEC-BH), em entrevista ao *Jornal do Psicólogo* durante a “III Jornada SOMITI de Psicologia: avanços e desafios da Psicologia nas urgências, emergências e desastres”, realizada na Associação Médica de Minas Gerais, no dia 22 de novembro. Para o coronel é preciso que haja dois focos de atuação da área de Psicologia: o primeiro voltado ao atendimento à comunidade e o segundo para o atendimento e acompanhamento dos socorristas. O coronel informou que conversará com o prefeito eleito Márcio Lacerda para que a proposta possa ser implementada.

Para o Major Sívio da PMMG, psicólogo e sub secretário executivo da Defesa Civil/MG da COMDEC-BH, a Psicologia em emergências e desastres ainda é um campo incipiente no Brasil e é necessário que os quadros de psicólogos

vez que representam a cotidianidade, a história, o entorno, a atividade laboral dessas famílias. Para atender a este impacto é que as primeiras intervenções de saúde mental apontam para:

Restaurar o funcionamento de mecanismos de adaptação; reforçar as capacidades para resolver problemas; ajudar a processar psicologicamente as emoções através de ações como presença profissional continente e tranquilizadora, aproximação aos danificados e a seus familiares, acompanhamento a danificados diretos e indiretos, facilitação e transmissão de informação (características do fato, listas de feridos, paradeiro de pessoas, falecidos), reposta a interrogantes e dúvidas; promover a reunião das pessoas afetadas emocionalmente.

JP: Qual é a relação do psicólogo especializado em emergências e desastres com outros profissionais da área da saúde?

sejam aumentados. “Nesse cenário ainda estamos engatinhando. Existem poucos psicólogos que tem conhecimentos específicos em desastre e faltam profissionais que tenham o foco voltado para essa área. É um campo em aberto e a demanda é grande”, afirma. De acordo com o Major, a Defesa Civil, em Belo Horizonte, tem trabalhado com profissionais psicólogos voluntários, mas há uma vaga para psicólogo efetivo em aberto.



Crédito: Nathalia Monteiro

Simulação de acidente reuniu cerca de 150 voluntários no Aeroporto da Pampulha.

SC: A idéia é capacitar, treinar e trabalhar interdisciplinarmente, justamente para integrar saberes, olhares distintos e construir, desta maneira, respostas integrais, considerando os distintos níveis de necessidade dos seres humanos que atravessam essas situações.

JP: Como é o trabalho cotidiano do psicólogo especializado em emergências e desastres?

SC: Cotidianamente, cada um de nós realiza suas tarefas, nas quais se incluem cursos e capacitações, realização de oficinas de elaboração do impacto emocional para equipes interventoras, mas, acima de tudo, desenvolvemos oficinas sobre a percepção de risco para tratar de incidir na conduta humana, dado que, nestes tempos, grande parte dos desastres são ocasionados pela intervenção de fatores humanos.

Psicologia e Educação é tema de debates

Psicólogos, estudantes de Psicologia, professores e trabalhadores em educação discutem experiências e propõem alterações no papel da Psicologia na Educação.

O evento “Ano da Psicologia na Educação”, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), no dia 28 de novembro, reuniu psicólogos, estudantes de Psicologia e educadores para discutir os quatro eixos temáticos referentes às relações da Psicologia e a Educação propostos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Foram realizados grupos de debate nos quais os profissionais promoveram trocas de experiências e debateram o papel da Psicologia na Educação. O evento, realizado no auditório do Escritório Central do CRP-MG, foi parte de uma série de encontros desenvolvidos em diversas outras cidades do Estado.

A mesa de abertura, composta pelo conselheiro-presidente do CRP-MG, Rogério de Oliveira Silva, pela conselheira Mercedes Merry Brito e pelo presidente do Sindicato dos Professores (SINPRO) de Minas Gerais, Gilson Reis, promoveu uma contextualização da atual relação da Psicologia nos processos educacionais e convidou os participantes a refletirem sobre o papel da profissão na Educação do Brasil. Dentre os problemas enfrentados pelos profissionais atuantes nas áreas de ensino foi destacado o processo de mercantilização da educação.

Para o presidente do SINPRO, o País vive um momento em que as instituições de ensino se tornaram produtos e a venda para o capital estrangeiro é cada vez mais comum. Devido ao domínio internacional, as escolas passam a obedecer aos interesses dos proprietários ou a padrões educacionais que não se adaptam às necessidades do Brasil.

Segundo o conselheiro-presidente Rogério de Oliveira, o principal desafio dos Psicólogos é incluir e acolher toda a diversidade em um único projeto educacional. Para isso, é necessário mobilizar não só os profissionais de Psicologia e educação, mas toda a sociedade, de forma a promover, cada vez mais, a inclusão social.

Após a mesa de abertura, os participantes dividiram-se em dois grupos, responsáveis por discutir os temas “Psicologia, Políticas Públicas, Intersetoriais

e Educação Inclusiva” e “Políticas Educacionais: Legislação, Formação Profissional e Participação Democrática”

O primeiro grupo ressaltou a importância de se promover uma conscientização da sociedade a respeito das diferenças sócio-culturais. De acordo com os integrantes do grupo, Esse trabalho deve ser feito juntamente à família e escolas, dando maior ênfase às instituições de ensino que apresentam um perfil excludente e que necessitam de uma reestruturação em seu projeto pedagógico. Além disso, o grupo destacou que as políticas públicas atuais precisam ser redefinidas de forma a promover um intercâmbio entre saúde e educação.

O segundo grupo, que discutiu as políticas educacionais, analisou os documentos produzidos pelo CFP e destacou a importância de se discutir a formação dos psicólogos. Outro aspecto destacado pelos membros do grupo foi a necessidade de se reafirmar o compromisso do Estado de assegurar o acesso e a qualidade de ensino por meio de políticas públicas.

Após as duas primeiras reuniões, houve um intervalo e mais uma vez os presentes dividiram-se em dois grupos para discutir os eixos “Psicologia em Instituições Escolares Educacionais” e “Psicologia no Ensino Médio”.

O grupo que abordou o papel da Psicologia nas instituições de ensino fez uma reflexão sobre o trabalho que os profissionais de Psicologia realizam nas escolas, reforçando a idéia de que a presença do psicólogo deve ser direcionada por um posicionamento crítico e cidadão, enfocando a coletividade e a inclusão social. Além disso, os esforços dos Conselhos de Psicologia e entidades parceiras para promover a inserção dos psicólogos como membros das equipes escolares foram reconhecidos por sua importância

para a valorização da profissão.

Simultaneamente, o segundo grupo discutiu a possibilidade de se incluir a Psicologia como uma disciplina do Ensino Médio. Durante a reunião, os psicólogos e estudantes desenvolveram estratégias para que os conteúdos da Psicologia fossem abordados sem que houvesse a necessidade da criação de uma disciplina específica. O conteúdo apropriado para os estudantes do Ensino Médio também foi questionado, propondo-se que as teorias sejam aplicadas de forma a promover uma interação com os ensinamentos de sociologia e filosofia.

DEBATES NO INTERIOR

Além do encontro em Belo Horizonte, os Setoriais também realizaram reuniões preparatórias para o “Ano da Educação”. As cidades de Montes Claro, Juiz de Fora, Pouso Alegre, Uberlândia e Governador Valadares sediaram os debates que discutiram os quatro eixos propostos pelo Conselho Federal de Psicologia. Com o maior número de encontros, Juiz de Fora recebeu cerca de 37 participantes durante os quatro dias de evento, que foram realizados dentro do projeto Diálogos no Conselho. O Setorial Sudeste abordou as temáticas: Políticas Públicas, Educação Inclusiva, Políticas Educacionais, Psicologia no Ensino Médio e a Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais.



Rogério de Oliveira Silva, presidente do CRP-MG, abre debates sobre o papel da Psicologia na Educação.

CRP-MG pesquisa relações e condições de trabalho

Com data de conclusão prevista para janeiro de 2009, a análise de editais de concursos públicos foi a pioneira dentre três pesquisas que visam subsidiar possíveis intervenções do CRP-MG no que se refere às condições e relações de trabalho do psicólogo.

A iniciativa surgiu a partir da necessidade de se efetuar estudos que pudessem servir como base para as discussões e abordagens do Grupo de Trabalho de Relações e Condições de Trabalho e proporcionar ações efetivas por parte do CRP-MG, além de fornecer instrumentos para a atuação dos psicólogos e demais entidades da Psicologia.

A demanda para uma pesquisa específica para editais é resultado das constantes questões observadas pelo CRP-MG, juntamente com os psicólogos, com relação à precarização das vagas para psicólogos oferecidos em concursos.

Além disso, a pesquisa sobre os editais auxiliará o CRP-MG a orientar os psicólogos e as instituições que ofertam as vagas para concursos sobre a definição de critérios para o exercício profissional.

PESQUISA SUBSIDIARÁ POSICIONAMENTO DO CRP-MG

Para desenvolver as pesquisas, o GT de Relações e Condições de Trabalho estabeleceu diversas parcerias. No caso da pesquisa dos editais, foi estabelecida uma parceria com o Centro de Referência em Políticas Públicas (CREPOP).

A pesquisa irá traçar um perfil dos concursos públicos, identificando as principais deficiências de cada região do Estado. O objetivo é que o CRP-MG conhe-

ça os principais problemas enfrentados pelos psicólogos mineiros, determinando estratégias e intervenções específicas que promovam a valorização dos profissionais de Psicologia.

Inicialmente, a pesquisa realizou um balanço geral das vagas em concursos públicos destinadas aos psicólogos de Minas Gerais. Foram selecionados cerca de 200 editais, dentre eles concursos municipais, estaduais e federais com data de divulgação a partir de agosto de 2006. A partir desse material, estão sendo realizadas avaliações qualitativas e quantitativas, de forma a se obter um levantamento de fatores como salário oferecido, comparando com as vagas para outros profissionais de nível superior em Minas Gerais; carga horária; tipos de vínculos; legislação referente ao cargo; características das provas, analisando o conteúdo e sua adequação a função; entre outras questões relativas às condições e relações de trabalho das vagas para os profissionais psicólogos.

A coleta de dados e análise dos editais permanecerá até janeiro, momento em que, a partir dos resultados obtidos, o CRP-MG poderá definir, embasado em pesquisas, o seu posicionamento em relação a editais de concursos públicos.

OUTRAS PESQUISAS

Ainda no sentido de promover a valorização do trabalhador psicólogo, o CRP-MG está desenvolvendo mais duas pesquisas que serão realizadas pelo GT de Relações e Condições de Trabalho.

Em parceria com o FUNDACENTRO, setor do Ministério do Trabalho que visa a produção de conhecimentos que

possam contribuir para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores, o CRP-MG elaborou um questionário que será enviado aos psicólogos associados e terá em anexo uma carta de retorno para que os psicólogos interessados enviem suas respostas.

O questionário irá avaliar as relações e condições de trabalho dos psicólogos de Minas Gerais e conterá questões a respeito da formação acadêmica, áreas de atuação, principais teorias e conteúdos utilizados no trabalho, expectativas profissionais, funções atribuídas ao profissional, remuneração, entre outros aspectos que possam fornecer um panorama da situação do profissional mineiro.

Uma terceira pesquisa tem sido desenvolvida pelo GT de Relações e Condições de Trabalho em conjunto com a Assessoria Jurídica do CRP. Ela pretende levantar e analisar legislações no campo do emprego para o psicólogo, publicizando-as entre os profissionais e outras instituições e procurando torná-las efetivas quando da convocação do psicólogo para o trabalho.

Outro objetivo da análise dessas legislações é instrumentalizar as três esferas de governo na implantação de políticas públicas, que têm convocado, cada vez mais, o psicólogo ao trabalho em diversas áreas do setor público.

Para o GT de Relações e Condições de Trabalho, “essas legislações fundam campos e práticas diversas, tendo como objeto e objetivo a luta política por um exercício profissional ético de qualidade e com compromisso social com o Estado e com a sociedade”.

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que deixa para acordo ou convenção coletiva de trabalho a fixação da jornada de trabalho do psicólogo e os percentuais sobre as horas extras.

O documento é um substitutivo ao Projeto de Lei 3338/08, que estabelecia a carga horária dos psicólogos dos setores público e privado de todo o país como sendo de 24 horas semanais. De acordo com o relatório, o ideal é que se leve em consideração as especificidades de cada estado e município ao se definir a carga horária dos profissionais.

Segundo o 3º Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Eudes Xavier, relator do projeto, interferir na administração de estados e municípios para fixar, por lei federal, a jornada de trabalho de seus servidores seria um ato inconstitucional. Dessa forma, a definição de horas de trabalho dos psicólogos para o serviço público foi, também, excluída do projeto de lei.

ACONTECEU

Mulheres dizem não a violência!

Mas machismo e opressão ainda são a tônica em nossa sociedade.

Cerca de 50 mulheres reuniram-se, dia 25 de novembro, na Praça Sete de Belo Horizonte em apoio ao "Dia de Combate à Violência Contra a Mulher". O evento, que durou aproximadamente duas horas, contou com a participação de diversos movimentos sociais, entre eles a Marcha das Mulheres, o Conlutas, o Movimento Popular da Mulher (MPM), a Associação das Profissionais do Sexo do Estado de Minas Gerais, O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O objetivo da manifestação foi dar visibilidade à violência sofrida por milhares de mulheres todos os dias.

"Precisamos acabar com a invisibilidade dessa temática", afirmou Bernadete Monteiro, membro da Marcha das Mulheres de Belo Horizonte. Bernadete acredita que para que ocorram mudanças de comportamento será necessário a construção de um novo modelo de sociedade, que não esteja fundamentado no machismo e na desigualdade. De fato, enquanto as mulheres manifestavam, a reportagem do *Jornal do Psicólogo* ouviu diversos comentários machistas de

homens que passavam pela Praça Sete e observavam a manifestação.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG, conselheira Dinacarla Gonzaga, que esteve presente na manifestação, expressou o repúdio do CRP-MG a qualquer tipo de violência contra a mulher. "O CRP-MG apóia os movimentos sociais que enfrentam a violência contra a mulher e a violência de gênero. O CRP-MG é contra toda forma de submissão, de preconceito, de discriminação, que são formas que revelam essa violência contra a mulher, essa violência de gênero", afirmou ao microfone a conselheira.



Mulheres acendem velas em protesto ao machismo, a opressão e a violência.

Seminário discute democratização da comunicação

Realizado nos dias 12 e 13 de dezembro, encontro teve apoio de mais de 20 entidades.

Através de debates entre entidades, movimentos sociais, organizações e profissionais de comunicação, o "Seminário Mineiro Pró-Conferência Nacional de Comunicação", promovido pela Comissão Mineira Pró-Conferência Nacional de Comunicação, discutiu a necessidade de construção de políticas públicas para o setor e a reformulação do marco regulatório da Comunicação no Brasil.

O evento, realizado nos dias 12 e 13 de dezembro, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, foi composto por três mesas e contou com a participação de cerca de 40 pessoas. A mesa de abertura, intitulada "A importância da Conferência Nacional", contou com a participação da deputada Luiza Erundina, do coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Celso Shröder, pela secretária de comunicação da CUT

Nacional, Rosane Bertotti, e da representante da Comissão Mineira Pró-Conferência Nacional de Comunicação Lidyane Ponciano.

O segundo dia de evento foi dividido entre as mesas "Marco Regulatório e Convergência" e "Comunicação, Cultura e Subjetividade". A segunda mesa teve a participação do coordenador da rádio FAE, Wemerson de Amorin, do presidente da Associação Brasileira dos Canais Comunitários, Edivaldo Amorin Farias, o Secretário de Comunicação da Puc Minas, Mozahir Salomão, e o representante do Conselho Regional de Psicologia Ricardo Moretzsohn. O evento teve apoio direto do Conselho Regional de Psicologia, que cedeu o auditório Ruy Flores para reuniões da Comissão e apoiou operacionalmente a organização do Seminário.

Livro retrata criminalização da pobreza em BH

54% das detentas entrevistadas eram co-responsáveis pelo sustento da casa e 40% tinha renda familiar mensal de até dois salários mínimos.

A partir de 192 questionários, aplicados, entre 2005 e 2006, com presas do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP), em Belo Horizonte, o livro "A visibilidade do invisível", do professor de direito da Faculdade Dom Hélder Câmara, Virgílio de Mattos, explicita a crueldade do sistema penitenciário em Belo Horizonte e revela o "encarceramento dos pobres": 43% das entrevistadas recebiam até um salário mínimo antes da prisão e 74% não possuía carteira assinada. O livro, lançado dia 21 de novembro no auditório da Faculdade Dom Hélder Câmara, é resultado de uma pesquisa envolvendo 27 pesquisadores, que foram orientados e coordenados pelo professor Virgílio de Mattos.

"É preciso intervir imediatamente. Aliás, mesmo que se intervenha imediatamente, já é um pouco tarde. Essa realidade do encarceramento da pobreza é um corte profundo, que sangra muito, que arde", explica Virgílio, que constatou, entre outros dados contundentes, que os filhos de presas gestados em cadeias públicas ou delegacias de polícia permanecem até dois anos na unidade prisional junto com as mães, o que representaria "um verdadeiro castigo sem crime".

O professor aponta, entretanto, que essa não é uma questão restrita a Belo Horizonte, mas, sim, um problema internacional que refletiria uma matriz política e ideológica que aposta no encarceramento como solução para diversos problemas. "A política de Estado para o pobre é: sai o Estado Social e entra o Estado Penal", reclama.

Crédito: Gustavo Machala

Estamira e a Dignidade na Loucura

A exposição da miséria nos espaços públicos, fruto do aumento das desigualdades sociais no mundo capitalista e globalizado é um fenômeno urbano que se amplia nas grandes metrópoles brasileiras. As atividades desenvolvidas por grupos que vão buscar nas ruas das cidades modernas, recursos para a sua sobrevivência tornaram-se uma demonstração exemplar de como a rua se transformou em espaço de construção de fronteiras econômicas, políticas e culturais.

Em meio a esse contingente de miseráveis que se amplia no espaço urbano das grandes cidades vamos encontrar os denominados "loucos de rua", Homens e mulheres também pauperizados e que tiveram destinos diferentes ao longo das épocas. Andarilhos errantes na idade média, enviados para outros mares nas galeras renascentistas, encarcerados junto aos mendigos, vagabundos e desempregados nas casas de internação com o advento das cidades modernas.

ESTAMIRA faz parte desse contingente humano que como tantos outros escaparam e ainda escapam do circuito crônico e mortífero das internações compulsórias nos hospitais psiquiátricos demonstrando que formas de existência e de resistência à miséria surgem no terreno baldio da cidadania em nosso país.

A ESTÉTICA DA FOME E A ÉTICA NA MISÉRIA

O cenário com o qual nos deparamos é o de um aterro sanitário da baixada fluminense no Rio de Janeiro. É aí que encontramos Estamira que tem sido um elemento forte para a nossa reflexão. É aí que ela trabalha, faz laços e pratica sua exegese. E é daí que, homens e mulheres retiram seu sustento,

do refugio do "como" vivemos na nova ordem societária consumista. O nobre colega Célio Garcia por ocasião de um debate sobre esse tema o ano passado no CRP-MG, chamou-nos atenção para o que denominou de "impasses da cultura contemporânea". Exemplo claro disso ouvimos nas palavras de ordem do ainda presidente norte americano George Bush, convocando os cidadãos a irem às compras como forma de superar o abalo moral e o déficit monetário que seu desastroso governo gerou em anos de tenaz destruição da cultura muçulmana e árabe. Produzir, comprar, consumir, gerar lixo. Restos que os grafiteiros colhem do discurso e os miseráveis, os Estamiras, nas ruas e nos lixões, dão-lhes novos usos, nova utilização. Prova da possibilidade de grande criatividade e uma lógica de transformações impensadas em uma sociedade voltada para a massificação dos costumes e do pensamento.

UMA CLÍNICA PARA ESTAMIRA

Estamira inventou um território, um continente "na beira do mundo", Será que a unidade de saúde faz parte do território de Estamira? Perguntou-nos Célio Garcia naquela noite no CRP. Será que o território administrativo da unidade de saúde abarca o território de Estamira? Inclui seu "além" e ainda seu "além do além". Se a unidade de saúde puder abrir-se para os Estamiras, considerar-se como parte desse território, quem sabe essa clínica agora nomeada "da carência" andasse. Para além dos copiadores.

FICHA TÉCNICA • ESTAMIRA(2005)
Direção: Marcos Prado • Produção:
Brasil 115 min • www.estamira.com.br

DICAS

LIVROS

Psicanálise e Análise do Discurso
Matrizes institucionais do sujeito psíquico
Autor: Marlene Guirado

Uma obra que explica as relações possíveis entre a análise do discurso feita em consultório e aquela desenvolvida nos estudos acadêmicos. Propõe um novo modo de pensar o sujeito e a subjetividade do discurso em psicanálise.

Em Busca de Vida
Da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa
Autores: Maureen Miller O'Hara, John K. Wood, Carl Rogers

A partir da abordagem centrada na pessoa, desenvolveram-se rumos novos e fundamentais, principalmente no sentido da facilitação de grupos. Este livro introduz o tema da facilitação na psicoterapia, com reflexões sobre a validade, a sistemática e a eficácia deste método e sobre a pessoa do facilitador.

Confrontos na sala de aula
Uma leitura institucional da relação professor-aluno
Autor: Julio Groppa Aquino

Focalizando a relação professor-aluno como núcleo de vínculos pedagógicos, este livro circunscreve a constituição imaginária do cotidiano escolar contemporâneo. Pelos depoimentos de professores e alunos de diferentes níveis, percebem-se pronunciadas exigências de normatização da conduta alheia, bem como diferentes estratégias normativas e de resistência em cada etapa da escolarização.



CDI

O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa – CDI está aberto de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e de 13h às 17h.

O telefone para dúvidas e informações é o (31) 3262-0091.

FATOS E PERSONAGENS

Pierre Weil: a construção de uma cultura de paz

Reconhecido por sua contribuição à Psicologia Transpessoal e por sua luta incansável pela paz, o psicólogo Pierre Weil faleceu, aos 84 anos, no dia dez de outubro de 2008.

Pierre Weil nasceu, em 1924, na Alsácia, região marcada por guerras e por disputas territoriais entre duas grandes potências, França e Alemanha. Por coincidência, nasceu francês. "Meu avô nasceu alemão e se tornou francês, meu pai nasceu francês e 'ficou' alemão e eu nasci francês", comentou ludicamente em uma entrevista.

Aos oito anos de idade, propôs a fundação da "Associação dos Católicos-Protestantes-Judeus em Favor dos Princípios Budistas", num relance do que viria a ser a busca de sua vida: Promover a paz.

Outros momentos viriam a apontar para essa trajetória. "Quando Hitler invadiu a França, eu tinha dezoito anos e me tornei um guerrilheiro. Pediram-me para pegar em armas, para que escolhesse uma metralhadora que estava no chão e recusei. Uma voz dentro de mim dizia: Eu não quero matar."

Doutor em Psicologia pela Universidade de Paris VII, Pierre Weil foi aluno de grandes psicólogos. No início de sua carreira universitária, fez pesquisas sobre a emotividade neuro-vegetativa, sobre os fatores culturais e escolares da inteligência e sobre os diferentes aspectos da personalidade.

Em 1948, Pierre Weil mudou-se para o Brasil. Aqui, trabalhou inicialmente como assistente do professor Léon Walther da Universidade de Genebra, Fribourg e Lyon, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) do Rio de Janeiro. Entre 1949 e 1958 trabalhou no Instituto Pestalozzi, também no Rio de Janeiro. Após 1958, já em Belo Horizonte, foi chefe do departamento de orientação e formação do Banco Real e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, onde lecionou Psicologia Social, Industrial e Transpessoal. Dentro da Psicologia Transpessoal, é um dos nomes mais reconhecidos, tendo sido um grande impulsionador da disciplina.

Aos 38 anos, padece de um câncer. Após cirurgia para sua retirada, a incerteza sobre se seguiria vivendo levaram-no a uma série de reflexões sobre o sentido da vida e da morte. Procurando respostas, fez várias pesquisas e procurou encontrar uma síntese metodológica entre oriente e ocidente para o ensinamento da paz e do bem viver.

O desejo de promover a paz se consolidaria em 1987, com a criação da Fundação Cidade da Paz, um convite do então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, ex-ministro e embaixador, para que se criasse a Universidade Holística Internacional de Brasília, Unipaz, centro para a disseminação da visão holística e de uma cultura de paz. Atualmente, a Unipaz tem campi em diversos estados do País e seus cursos, programas e projetos abrangem diversas áreas, como saúde, educação, meio-ambiente e organizações.

Pierre faleceu aos 84 anos, em Brasília, no dia dez de outubro de 2008. Atrás de si, deixou uma série de multiplicadores de seu pensamento holístico e voltado para a paz.

Holística: De Holos, grego, que significa inteiro, não-fragmentado. Adjetivo ou substantivo, significa uma visão não-fragmentada do real, em que sensação, sentimento, razão e intuição se equilibram, se reforçam e se controlam reciprocamente, permitindo ao homem uma plena consciência, a cada momento, de todos os fatores envolvidos em cada situação ou evento de sua existência, permitindo-lhe tomar a decisão certa, no momento certo, com sabedoria e amor espontâneos, o que implica a presença de valores éticos de respeito à vida sob todas as formas.

Talvez essa palavra - holística - e



Com uma vida dedicada à paz, Pierre Weil deixa seguidores em todo o mundo.

essa definição, elaborada por Pierre em seu livro "Organizações e Tecnologias para o Terceiro Milênio: A nova cultura organizacional holística", servissem para definir a ele próprio, mas Pierre Weil escapa a definições. Não poderia ser compreendido em fragmentos: sua sabedoria transbordou a palavra, sua pessoa transbordou o próprio ser, sua psicologia transbordou a ciência.



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais